Processo nº 758/2012

(Autos de recurso penal)

Data: 25.10.2012

Assuntos : Crime de “condução em estado de embriaguez”.

Suspensão da execução da pena.

Revogação.

SUMÁRIO

1. Nos termos do art. 54º do C.P.M.:

“1. A suspensão da execução da pena de prisão é revogada sempre que, no decurso dela, o condenado

a) Infringir grosseira ou repetidamente os deveres ou regras de conduta impostos ou o plano individual de readaptação social, ou

b) Cometer crime pelo qual venha a ser condenado, e revelar que as finalidades que estavam na base da suspensão não puderam, por meio dela, ser alcançadas.

2. A revogação determina o cumprimento da pena de prisão fixada na sentença, sem que o condenado possa exigir a restituição de prestações que haja efectuado”.

2. Provado estando que em pleno decurso da suspensão da execução – por 3 anos e 6 meses – da pena de prisão que ao ora recorrente foi aplicada nos presentes autos, cometeu o mesmo o crime de “condução em estado de embriaguez”, pelo qual foi condenado na pena de 6 meses de prisão, e se, para além dos “tipos de crime” cometidos, se atentar nas datas em questão, (pois que a decisão condenatória dos presentes autos transitou em julgado em 22.02.2010, tendo passado a beneficiar da suspensão, em 17.03.2010, e o novo crime ocorreu em 18.12.2010), razoável parece concluir que o ora recorrente insiste em delinquir, desafiando as decisões judiciais, não aproveitando as oportunidades que lhe foram concedidas, mostrando-se, assim, de concluir que as finalidades que estavam na base da suspensão não puderem, por meio delas, ser alcançadas.

O relator,

José Maria Dias Azedo

Processo nº 758/2012

(Autos de recurso penal)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. Por despacho do M^{mo} Juiz do T.J.B. determinou-se a revogação da suspensão da execução da pena de 2 anos e 9 meses de prisão decretada ao arguido A, com os restantes sinais dos autos; (cfr., fls. 191 a 192-v que como as que se vierem a referir, dão-se aqui como reproduzidas para todos os efeitos legais).

*

Inconformado, o arguido recorreu.

Motivou para, em síntese, imputar à decisão recorrida a violação do estatuído no art. 54º, n.º 1, al. b) do C.P.M.

*

Em resposta, considera o Exmo. Magistrado do Ministério Público que nenhuma censura merece a decisão recorrida, pugnando pela rejeição do recurso; (cfr., fls. 202 a 205).

*

Admitido o recurso e remetidos os autos a este T.S.I., em sede de vista juntou o Ilustre Procurador Adjunto douto Parecer, pugnando também pela integral manutenção da decisão recorrida; (cfr., fls. 251).

*

Cumprir decidir.

Fundamentação

2. Vem o arguido recorrer do despacho do M^{mo} Juiz do T.J.B. que lhe revogou a suspensão da execução da pena de 2 anos e 9 meses de prisão.

Imputa à decisão recorrida a violação do estatuto no art. 54º, n.º 1, al. b) do C.P.M., pedindo a sua revogação.

Vejamos, (adiantando-se desde já que a decisão não merece censura).

Tem a decisão recorrida o teor seguinte:

“In casu, o condenado A foi condenado, pela prática de uma “contravenção”, p. e p. pelo art.º 12º, n.ºs 4 e 5 e art.º 68º, n.º 3 do Código da Estrada, na multa de MOP\$5.000,00, e se a referida multa não fosse paga ou substituída por trabalho forçado, seria convertida

numa pena de prisão de 33 dias; pela prática de um “crime de condução perigosa”, p. e p. pelo art.º 279º, n.º 1, al. a) do Código Penal, na pena de prisão se 9 meses; pela prática de um “crime de ofensa à integridade física por negligência”, p. e p. pelo art.º 142º, n.º 1 do Código Penal e art.º 66, n.ºs 2 e 3, al.s a) e d) do Código da Estrada, na pena de prisão de 1 ano e 6 meses; e, pela prática de um “crime de resistência e coacção”, p. e p. pelo art.º 311º do Código Penal (absolvida uma “contravenção”, p. e p. pelo art.º 5º, n.ºs 1 e 2, al. c) e art.º 70º, n.º 3 do Código da Estrada), na pena de prisão de 1 ano; e em cúmulo jurídico, foi o mesmo condenado numa pena de prisão de 2 anos e 9 meses e na multa de MOP\$5.000,00, e se a referida multa não fosse paga ou substituída por trabalho forçado, seria convertida numa pena de prisão de 33 dias, com suspensão da execução da pena de prisão por 3 anos e 6 meses sob condição de pagar à R.A.E.M. uma indemnização de MOP\$20.000,00 no prazo de 1 mês contado a partir da data da vigência do acórdão, bem como foi punido com suspensão da validade da licença de condução pelo período de 9 meses. O aludido acórdão transitou em julgado em 22 de Fevereiro de 2010. Em 17 de Março de 2010, o condenado pagou a multa e a indemnização que lhe foi imposta como condição da suspensão da execução da pena de prisão.

No decurso da suspensão da execução da pena de prisão, o condenado praticou, em 18 de Dezembro de 2010, um “crime de condução em estado de embriaguez”, p. e p. pelo art.º 90º, n.º 1 da Lei do Trânsito Rodoviário, e, em consequência, foi condenado, em 4 de Julho de 2012 pelo processo n.º CR2-12-0101-PCS, na pena de prisão de 6 meses, com suspensão da execução da pena de prisão por 1 ano sob condição de pagar, respectivamente, a contribuição no valor de MOP\$10.000,00 à Associação de Reabilitação de Toxicodependência e à Associação de Protecção aos Animais no prazo de 90 dias contados a partir da data do trânsito em julgado da sentença, e na inibição de condução pelo período de 1 ano. A aludida sentença transitou em julgado em 14 de Julho de 2012.

Tendo ouvido as declarações do condenado, conjugado com as informações constantes dos autos, o condenado voltou a cometer crime no decurso da suspensão da execução da pena de prisão; embora o crime praticado seja condução em estado de embriaguez, cujo grau de ilicitude não seja muito alto, esse crime tem uma natureza relacionada com a do crime tratado nesta causa, sendo ambos crimes respeitantes ao trânsito e também à condução em estado de embriaguez (o facto criminoso desta causa foi também ocorrido em estado de embriaguez). A par disso, in

casu, o condenado já não é delinquente primário e, também, não foi a primeira vez que cometeu crime respeitante ao trânsito; após ter ocorrido em 2004 o facto desta causa, o condenado foi condenado, em 16 de Outubro de 2008, pela prática de um “crime de desobediência qualificada pela condução durante o período de inibição de condução”, cuja pena foi suspensa. Mesmo que, na altura, o condenado ainda não fosse condenado por esta causa, com base nesses antecedentes criminais, bem como no curso e nas circunstâncias dos crimes, mostraram-se que o condenado tinha uma consciência na observação da lei bastante fraca (nomeadamente no âmbito de trânsito), não tirou nenhuma lição após várias punições, continuou a prática do acto de negligência da lei, e, presentemente não se manifestou nenhum sentimento de arrependimento sincero nem teve profunda reflexão sobre o erro cometido, daí, revela-se que a suspensão da execução da pena de prisão não realiza as finalidades da punição.

Pelas razões acima expostas, atendendo à promoção da Delegada do Procurador e à opinião do defensor do condenado, este Tribunal conclui que a suspensão da execução da pena de prisão concedida ao condenado já não realiza a sua finalidade, pelo que, nos termos do art.º 54º, n.º 1, al. b) do Código Penal, determina a revogação da suspensão

da execução da pena de prisão concedida ao condenado, decretando a execução da pena de prisão de 2 anos e 9 meses aplicada por presentes autos.

(...); (cfr., fls. 191-v a 192-v).

Como se vê, foi invocando-se precisamente o estatuído no art. 54º, n.º 1, al. b) do C.P.M. que se decidiu revogar a suspensão da execução da pena.

Nos termos deste art. 54º do C.P.M.:

“1. A suspensão da execução da pena de prisão é revogada sempre que, no decurso dela, o condenado

a) Infringir grosseira ou repetidamente os deveres ou regras de conduta impostos ou o plano individual de readaptação social, ou

b) Cometer crime pelo qual venha a ser condenado, e revelar que as finalidades que estavam na base da suspensão não puderam, por meio dela, ser alcançadas.

2. A revogação determina o cumprimento da pena de prisão fixada na sentença, sem que o condenado possa exigir a restituição de prestações que haja efectuado”.

E será que foi desrespeitado o assim preceituado?

É evidente que sim.

Como se pode constatar da decisão ora recorrida, em pleno decurso da suspensão da execução – por 3 anos e 6 meses – da pena de prisão que ao ora recorrente foi aplicada nos presentes autos, cometeu o mesmo o crime de “condução em estado de embriaguez”, pelo qual foi condenado na pena de 6 meses de prisão.

E, se, para além dos “tipos de crime” cometidos, se atentar nas datas em questão, (pois que a decisão condenatória dos presentes autos transitou em julgado em 22.02.2010, tendo passado a beneficiar da suspensão, em 17.03.2010, e o novo crime ocorreu em 18.12.2010), razoável parece concluir que o ora recorrente insiste em delinquir,

desafiando as decisões judiciais, não aproveitando as oportunidades que lhe foram concedidas, mostrando-se, assim, de concluir que as finalidades que estavam na base da suspensão não puderem, por meio delas, ser alcançadas.

Como no seu douto Parecer salienta o Ilustre Procurador Adjunto, *“o “histórico” do recorrente (...) fala por si, no sentido, manifesto, de que, não só durante o período de suspensão de execução da pena aplicada nos autos, como noutras ocasiões, aquele praticou ilícitos por que veio a ser criminalmente condenado, com trânsito em julgado, por factos da mesma natureza e ordem (conexionados com a condução e o trânsito automóvel, designadamente em estado de embriaguez) da dos presentes autos, tudo a demonstrar, proficientemente que, conforme bem se refere naquela decisão, o recorrente “não tirou nenhuma lição após várias punições, continuou a prática do acto de negligência da lei e, presentemente não se manifestou nenhum sentimento de arrependimento sincero nem teve profunda reflexão sobre o erro cometido”, não sendo difícil concluir que as finalidades que as finalidades que estavam na base da suspensão não puderam, por meio dela, ser alcançadas”;* (cfr. fls. 251).

Dest'arte, e sendo evidente a improcedência do recurso, imperativa é a sua rejeição

Decisão

4. Nos termos e fundamentos expostos, em conferência, acordam rejeitar o recurso; (cfr., art. 409º, n.º 2, al. a) e 410, n.º 1 do C.P.P.M.).

Pagará o recorrente 4 UCs de taxa de justiça, e como sanção pela rejeição do seu recurso, o equivalente a 3 UCs; (cfr., art. 410º, n.º 4 do C.P.P.M.).

Honorários ao Exmº Defensor no montante de MOP\$1.200,00.

Macau, aos 25 de Outubro de 2012

José Maria Dias Azedo

Chan Kuong Seng

Tam Hio Wa